

ASSOCIAÇÃO SORRISENSE DE TIRO - SORRISO CLUB DE TIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os associados da Associação Sorrisense de Tiro - SCT, CNPJ 09.549.362/0001-00, através de seu Presidente, convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação no dia 29 de novembro de 2025, às 18:00h, e a segunda às 18:30h, na Estrada Preima, km 10, s/n, Zona Rural CEP 78.896-046, Sorriso/MT, com o objetivo de em Assembleia Geral Ordinária, realizar a eleição para compor os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o próximo biênio. Comunicamos aos interessados em concorrer às eleições, que os pedidos de registros de chapas deverão preencher todas as exigências do Estatuto e serem protocolados no prazo de 15 (quinze) dias antecedentes a Assembleia.

Sorriso-MT, 19 de março de 2025.
RAFAEL ELIAS ROVARIS
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES E HOMENS ARTESÕES DO ITAPOÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Associação de Mulheres e Homens Artesões do Itapoá - AMHAI, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia [DATA], às 20h, por meio da plataforma Google Meet, para deliberar sobre: 1 Alteração e consolidação do Estatuto Social; 2 Mudança da denominação social para Instituto Meio Ambiente e Assistência Social - IMAAS; 3 Eleição da nova diretoria; 4 Inclusão da realização de assembleias virtuais e assinaturas eletrônicas. A assembleia será instalada, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

Brasília - DF, 27 de fevereiro de 2025
IZANILDE SOUSA DA COSTA

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

ATIVO	2024	2023 (Reapresentado)	2023 (Publicado)	PASSIVO	2024	2023 (Reapresentado)	2023 (Publicado)
CIRCULANTE	44.703.804,78	71.095.671,66	71.095.671,66	CIRCULANTE	22.122.951,46	22.061.613,68	22.061.613,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41	CONTAS A PAGAR	5.765.857,27	5.277.237,77	5.277.237,77
Caixa	0,00	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas	0,00	689,66	689,66
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	Encargos Sociais a Recolher	552.125,01	545.434,87	545.434,87
Bancos Conta Movimento - Com Restrição	0,00	0,00	0,00	Encargos Tributários a Recolher	500.295,56	488.317,12	488.317,12
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição	0,00	0,00	0,00	FORNECEDORES	2.389.078,59	2.082.597,35	2.082.597,35
Aplicações Financeiras	26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41	Arrendamentos a Pagar	1.625.656,56	1.587.983,78	1.587.983,78
Aplicações Financeiras - Com Restrição	24.383.700,22	46.357.559,57	46.357.559,57	Fornecedores	763.422,03	494.613,57	494.613,57
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	2.480.820,41	222.352,84	222.352,84	Provisão de Férias, 13ª e Encargos	2.249.197,67	2.035.026,57	2.035.026,57
CONTRATOS A RECEBER	17.154.428,00	23.153.602,49	23.153.602,49	Outros Créditos	75.160,44	125.172,20	125.172,20
Contratos a Receber - Com Restrição	13.207.456,96	18.650.230,32	18.650.230,32	CONTRATOS E TERMOS DE PARCERIA	12.337.956,92	5.435.937,87	5.435.937,87
Contratos a Receber - Sem Restrição	3.946.971,04	4.503.372,17	4.503.372,17	Contratos a Realizar - Com Restrição	9.013.575,89	3.172.210,33	3.172.210,33
VALORES A RECUPERAR	260.370,08	184.284,99	184.284,99	Contratos a Realizar - Sem Restrição	3.324.381,03	2.263.727,54	2.263.727,54
ADIANTAMENTOS	37.419,70	475.094,84	475.094,84	VALORES A REALIZAR	161.000,00	663.463,01	663.463,01
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	32.680,07	39.313,92	39.313,92	ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS	3.858.137,27	10.684.975,03	10.684.975,03
VALORES A REALIZAR	354.386,30	663.463,01	663.463,01	NÃO CIRCULANTE	133.374.018,27	162.600.081,75	149.176.877,53
NÃO CIRCULANTE	115.722.280,58	116.197.877,29	148.149.187,50	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.060.005,77	2.067.876,84	2.067.876,84
OUTROS INVESTIMENTOS	591.148,00	0,00	0,00	PARCELAMENTOS FISCAIS	737.245,81	1.174.632,68	1.174.632,68
CONTRATOS A RECEBER	84.530.216,67	105.147.929,82	137.099.240,03	CONTRATOS A REALIZAR	103.491.435,31	150.522.444,25	137.099.240,03
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS IMOBILIZADO	21.139.344,26	8.835.127,98	8.835.127,98	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.945.987,12	0,00	0,00
Imobilizado	9.420.777,21	2.157.806,59	2.157.806,59	CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	21.139.344,26	8.835.127,98	8.835.127,98
Bens em Operação - Com Restrição	15.443.799,63	6.366.896,32	6.366.896,32	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.929.115,63	2.631.853,52	48.006.367,95
(-) Depreciações Acumuladas - Com Restrição	-6.023.022,42	-4.209.089,73	-4.209.089,73	Patrimônio Social - Resultado do Exercício Acumulado	-605.274,76	3.995.867,71	3.995.867,71
Bens em Operação - Sem Restrição	0,00	0,00	0,00	DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	3.899.024,27	-2.873.773,64	42.500.740,79
(-) Depreciações Acumuladas - Sem Restrição	0,00	0,00	0,00	Déficit / Superávit do Exercício - Com Restrição	2.875.254,83	4.833.153,45	40.541.360,98
INTANGÍVEL	40.794,44	57.012,90	57.012,90	Déficit / Superávit do Exercício - Sem Restrição	3.899.024,27	-2.873.773,64	1.959.379,81
Sistemas - Recurso com Restrição	104.698,57	1.053.883,75	1.053.883,75	Realocação de Recursos - Com Restrição	-2.875.254,83	-4.833.153,45	0,00
(-) Amortizações Acumuladas	-63.904,13	-996.870,85	-996.870,85	RESERVAS	1.635.366,12	1.509.759,45	1.509.759,45
TOTAL DO ATIVO	160.426.085,36	187.293.548,95	219.244.859,16	Reserva Técnica MCTI - Com Restrição	835.366,12	709.759,45	709.759,45
				Reserva Técnica MEC - Com Restrição	800.000,00	800.000,00	800.000,00
				TOTAL DO PASSIVO	160.426.085,36	187.293.548,95	219.244.859,16

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT/DEFÍCIT

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Publicado)	2023 (Reapresentado)
(+) RECEITA BRUTA	57.952.438,27	48.274.903,84	48.274.903,84
Contrato de Gestão	52.237.897,85	36.179.656,51	36.179.656,51
MEC	2.110.334,78	2.456.430,14	2.456.430,14
MCTI	50.127.563,07	33.723.226,37	33.723.226,37
Contratos Administrativos	5.347.864,47	8.702.610,16	8.702.610,16
PNUMA OICS	574.157,89	2.055.098,29	2.055.098,29
PNUMA GDF	1.236.454,07	5.992.446,61	5.992.446,61
GIZ	66.646,40	315.572,27	315.572,27
SENAI	174.500,00	124.000,00	124.000,00
IPEM	1.101.408,65	215.492,99	215.492,99
SECTI	649.500,00	0,00	0,00
CENIC	420.678,14	0,00	0,00
IICA	89.970,83	0,00	0,00
Reserva Própria - CGEE	1.034.548,49	0,00	0,00
Outras Receitas Operacionais	366.675,95	3.392.637,17	3.392.637,17
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição	222.065,43	610.344,38	610.344,38
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição	34.610,52	2.782.292,79	2.782.292,79
Reversão de Contingências	110.000,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-185.032,78	-483.891,60	-483.891,60
ISS sobre Faturamento	-185.032,78	-483.891,60	-483.891,60
(=) RECEITA LÍQUIDA	57.767.405,49	47.791.012,24	47.791.012,24
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	-52.459.963,28	-36.179.656,51	-36.179.656,51
Despesas Gerais e Administrativas	-3.110.615,72	-2.827.518,34	-2.827.518,34
Despesas com Pessoal e Encargos	-27.494.756,26	-24.255.121,32	-24.255.121,32
Serviços de Terceiros	-5.500.778,31	-4.225.248,99	-4.225.248,99
Aluguéis e Arrendamentos	-1.413.687,28	-1.759.330,08	-1.759.330,08
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	-183.701,93	-457.677,46	-457.677,46
Hospedagens	-568.390,15	-436.281,66	-436.281,66
Diárias	-821.130,88	-145.774,29	-145.774,29
Passagens	-2.386.363,48	-852.377,63	-852.377,63
Promoções e Eventos	-8.722.420,33	-112.383,00	-112.383,00
Outras Despesas Operacionais	-112.490,73	-185.585,44	-185.585,44
Depreciações e Amortizações	-2.145.628,21	-922.358,30	-922.358,30
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	-1.339.784,12	-14.085.164,17	-14.085.164,17
Despesas Gerais e Administrativas	-123.042,73	-1.484.397,06	-1.484.397,06
Despesas com Pessoal e Encargos	-263.879,46	-2.249.480,63	-2.249.480,63
Serviços de Terceiros	-439.550,00	-5.609.204,41	-5.609.204,41
Aluguéis e Arrendamentos	-19.017,26	-101.102,59	-101.102,59
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	-1.630,40	-32.717,04	-32.717,04
Hospedagens	-83.398,42	-88.684,40	-88.684,40
Diárias	-77.700,71	-29.247,39	-29.247,39
Passagens	-123.914,68	-174.877,67	-174.877,67



Promoções e Eventos	-34.791,00	0,00	0,00
Outras Despesas Operacionais	-79.015,77	-4.045.004,58	-4.045.004,58
Depreciações e Amortizações	-93.843,69	-270.448,40	-270.448,40
(+) DESPESAS OPERACIONAIS	-53.799.747,40	-50.264.820,68	-50.264.820,68
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	3.967.658,09	-2.473.808,44	-2.473.808,44
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	3.634.404,84	5.326.646,54	5.326.646,54
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	-869.150,01	-1.103.837,47	-1.103.837,47
Receitas Financeiras - Outros Contratos	65.768,41	356.832,77	356.832,77
Despesas Financeiras - Outros Contratos	-24.402,23	-146.453,59	-146.453,59
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	2.806.621,01	4.433.188,25	4.433.188,25
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	6.774.279,10	1.959.379,81	1.959.379,81
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - COM RESTRIÇÃO	2.875.254,83	4.833.153,45	4.833.153,45
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - SEM RESTRIÇÃO	3.899.024,27	-2.873.773,64	-2.873.773,64

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - COMPARATIVO

Descrição	Patrimônio Social	Reservas - Recursos com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Sem Restrição	Realocação de Recursos	RESERVAS	Total
						Reserva Técnica	
SALDO EM 31/12/2022	8.994.125,65	0,00	31.547.235,33	3.995.867,71		1.509.759,45	46.046.988,14
Incorporação do Superávit 2022	3.995.867,71	31.547.235,33	-31.547.235,33	-3.995.867,71			0,00
Constituição das Reservas de Recursos com Restrição	-8.994.125,65	8.994.125,65					0,00
Variação da Reserva Técnica							0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício			4.833.153,45	-2.873.773,64			1.959.379,81
Remanejamento do Superávit		-40.541.360,98	-4.833.153,45				-45.374.514,43
SALDO EM 31/12/2023 (Reapresentado)	3.995.867,71	0,00	0,00	-2.873.773,64	0,00	1.509.759,45	2.631.853,52
Incorporação do Superávit/Déficit 2023	-2.873.773,64			2.873.773,64			0,00
Constituição das Reservas de Recursos com Restrição							0,00
Variação da Reserva Técnica						125.606,67	125.606,67
Superávit/(Déficit) do Exercício			2.875.254,83	3.899.024,27	-2.875.254,83		3.899.024,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.727.368,83						-1.727.368,83
SALDO EM 31/12/2024	-605.274,76	0,00	2.875.254,83	3.899.024,27	-2.875.254,83	1.635.366,12	4.929.115,63

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - COMPARATIVO

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)
1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	6.774.279,10	1.959.379,81	1.959.379,81
Ajustes por:			
(+) Depreciação e amortização	2.239.471,90	1.192.806,70	1.192.806,70
(+) Provisão para contingências Fiscais	-1.007.871,07	702.652,30	702.652,30
(-) Baixa de bens depreciados	-71.831,80	-555.650,61	-555.650,61
(-/+) Ajuste de Exercícios anteriores (Patrimônio Líquido)	0,00	-45.374.514,43	-45.374.514,43
Superávit/Déficit Ajustado	7.934.048,13	-42.075.326,23	-42.075.326,23
Variação nos saldos dos ativos:			
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	26.616.887,64	59.613.182,79	59.613.182,79
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	437.675,14	76.010,16	76.010,16
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a recuperar	-76.085,09	-73.452,88	-73.452,88
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a realizar	309.076,71	1.414.974,20	1.414.974,20
(+/-) Redução/(Aumento) em despesas diferidas	6.633,85	13.014,73	13.014,73
(+/-) Redução/(Aumento) em contratos de bens e serviços	-12.304.216,28	7.039.741,47	7.039.741,47
(+/-) Redução/(Aumento) em outros investimentos (título cap.)	591.148,00	0,00	
Variação nos saldos dos passivos:			
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	18.668,58	-963.827,32	-963.827,32
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	-1.319.175,32	-1.518.991,31	-1.518.991,31
(+/-) Aumento/(Redução) em arrendamentos a pagar	1.625.656,56	1.587.983,78	1.587.983,78
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	214.171,10	22.712,19	22.712,19
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	6.902.019,05	-44.899.609,89	-44.899.609,89
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de contratos	-6.826.837,76	10.684.975,03	10.684.975,03
(+/-) Aumento/(Redução) em valores a realizar	-502.463,01	-1.488.753,75	-1.488.753,75
(+/-) Aumento/(Redução) em obrigações trabalhistas	-689,66	689,66	689,66
(+/-) Aumento/(Redução) em Parcelamentos Fiscais	-437.386,87	-332.543,39	-332.543,39
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos de bens e serviços	12.304.216,28	-7.039.741,47	-7.039.741,47
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	-47.031.008,94	13.004.036,36	13.004.036,36
(+/-) Aumento/(Redução) em outros créditos	-50.011,76	-174.827,80	-174.827,80
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-11.587.673,65	-5.109.753,67	-5.109.753,67
2 -FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Compra do Ativo Imobilizado/Arrendamento	-9.076.903,31	-2.156.420,98	-2.156.420,98
(-) Compra do Ativo Intangível	949.185,18	-49.812,00	-49.812,00
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento e Financiamento	-8.127.718,13	-2.206.232,98	-2.206.232,98
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-19.715.391,78	-7.315.986,65	-7.315.986,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	46.579.912,41	53.895.899,06	53.895.899,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	26.864.520,63	46.579.912,41	46.579.912,41

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (valores expressos em reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma Organização Social sem fins lucrativos, criada pelo Decreto nº 4.078/2002 e vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Com sede em Brasília, desenvolve estudos e avaliações estratégicas para apoiar políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação, promovendo a integração entre governo, setor privado e sociedade civil. 2 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE - A Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) declara que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras para entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - Entidades Sem Fins Lucrativos e, complementarmente, as normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC). Aprovadas em 26 de fevereiro de 2025, as demonstrações incluem: Balanço Patrimonial, Demonstração de Déficit/Superávit, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas. 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024 - As demonstrações financeiras do exercício de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base no custo histórico, exceto para as aplicações financeiras, mensuradas pelo valor justo. Os resultados apresentados refletem a posição apurada em 31 de dezembro de 2024, em comparação com os dados do mesmo período do exercício de 2023. 3.1 Principais Políticas Contábeis - As práticas contábeis do CGEE seguem as normas vigentes, garantindo a transparência e a conformidade na gestão dos recursos. Abaixo estão descritas as principais políticas adotadas pela entidade: 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos disponíveis incluem os valores mantidos em contas bancárias e investimentos de curto prazo, os quais podem ser convertidos de forma imediata em caixa, apresentando risco insignificante de variação de valor. Estes recursos estão integralmente alocados para atender às necessidades operacionais da entidade, assegurando a liquidez necessária para a continuidade e execução das atividades. 3.1.2. Aplicações Financeiras - As aplicações financeiras do CGEE, caracterizadas por curto prazo, alta liquidez e baixo risco, são mensuradas ao valor justo e monitoradas para maximizar os rendimentos, alinhadas à política de gestão financeira. Para mitigar riscos, o CGEE adota: a) Risco de Liquidez: Monitoramento do fluxo de caixa e aplicação em ativos de baixo risco. b) Risco de Taxa de Juros: Investimentos concentrados em renda fixa vinculados ao CDI. c) Risco de Crédito: Alocação de recursos exclusivamente no Banco do Brasil, garantindo segurança. 3.1.3. Ativo Imobilizado - O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis utilizados nas operações da entidade, com vida útil superior a um ano. São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1 - DEPRECIACÃO		
Descrição do Bem	Vida Útil (anos)	Taxa Anual de Depreciação (%)
Edificações	25 a 50	4% a 2%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Computadores e Periféricos	5	20%
Ferramentas	5	20%
Equipamentos de Escritório	10	10%



3.1.4. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - O CGEE avalia anualmente o valor recuperável de seus ativos, em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Caso o valor contábil exceda o recuperável, calculado pelo maior valor entre o justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, a perda é reconhecida no resultado e uma provisão é constituída. 3.1.5. Ativo Intangível - O ativo intangível é composto por licenças de software e sistemas de gestão adquiridos, cujos custos são capitalizados e amortizados ao longo de dez anos, em conformidade com as práticas contábeis. 3.1.6. Fornecedores - As contas a pagar representam obrigações originadas pela aquisição de bens ou serviços, sendo registradas pelo valor contratado ou faturado. São classificadas como passivos circulantes quando o vencimento ocorre em até 12 meses e como passivos não circulantes quando ultrapassam esse prazo. 3.1.7. Provisões - As provisões são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando há uma obrigação presente com provável liquidação. São mensuradas pelo valor presente dos gastos estimados, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos envolvidos. O aumento da obrigação é registrado como despesa financeira. 3.1.8. Demais Práticas Contábeis do Ativo e Passivo - As práticas contábeis relacionadas a ativos e passivos circulantes envolvem itens de curto prazo, como recursos disponíveis e obrigações. Por outro lado, os ativos e passivos não circulantes abrangem itens de longo prazo com vencimento superior a 12 meses, sendo registrados de acordo com as normas contábeis vigentes. 3.1.9. Patrimônio Líquido - O patrimônio líquido do CGEE é composto pelos resultados acumulados de superávits e déficits operacionais. Os saldos dos contratos administrativos integram o patrimônio social, enquanto os recursos dos contratos de gestão, com restrição, são destinados a projetos futuros definidos pelo contratante e registrados como contratos a realizar. 3.1.10. Apuração de Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo princípio da competência. As receitas dos contratos de gestão (MCTI e MEC) correspondem exclusivamente ao reembolso de despesas operacionais essenciais à execução dos projetos vinculados. Já as receitas dos contratos administrativos seguem as regras e cronogramas estabelecidos, em conformidade com as diretrizes legais e regulamentares. 3.1.11. Segregação dos recursos com restrição e sem restrição - Conforme mencionado anteriormente, os recursos "com restrição" permanecem vinculados aos projetos e atividades estabelecidos no Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC). Por outro lado, os recursos "sem restrição" estão relacionados aos contratos administrativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 2 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
SIGLA	DESCRIÇÃO
SECTI-ES	Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Profissional
IPEM-SP	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
CENIC	Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda
SECITECE-CE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - CE
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PTE	Consulado Geral dos Países Baixos
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem e Industrial

3.1.12. Benefícios fiscais e obrigações tributárias - O CGEE, por ser uma entidade sem fins lucrativos de caráter científico e tecnológico, nos termos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, está abrangido pela não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto no art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. No entanto, os rendimentos provenientes de aplicações financeiras estão sujeitos à retenção de impostos na fonte. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 4 - REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023 - 4.1 Compromisso com a Transparência - A Administração do CGEE reafirma seu compromisso com a governança, transparência e conformidade na elaboração das demonstrações financeiras, em alinhamento às práticas contábeis brasileiras. Ademais, mantém seu contínuo empenho no aprimoramento dos processos internos, assegurando uma gestão responsável e transparente dos recursos. Nesse contexto, realizou a reclassificação dos saldos com restrição no patrimônio líquido, acumulados entre 2002 e 2023, de modo a adequá-los às normas legais e contratuais, cuja evidência consta no balanço de 2024. 4.2 - Premissas para Ajuste no Patrimônio Líquido do Ano de 2024. 4.2.1 Contextualização -Para avaliação de correção do saldo do patrimônio líquido apurado no ano de 2023, observa-se que até 2021, as contas bancárias do Contrato de Gestão (MEC e MCTI) não eram segregadas por fonte de receita e, até 2022, o regime contábil adotado era híbrido (caixa e competência). Apesar das diretrizes de segregação de recursos estabelecidas pela ITG 2002/12 e das orientações técnicas para a realocação dos saldos superavitários no Contrato de Gestão, esses procedimentos não foram aplicados na evidência contábil, resultando na manutenção dos saldos no Patrimônio Líquido. No Balanço de 2023, com base em análises internas e premissas, os saldos referentes aos resultados de exercícios anteriores foram segregados e evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Quanto ao Contrato de Gestão, identificou-se que R\$ 40.541.360,98 correspondem ao período de 2002 a 2022, enquanto o resultado do exercício de 2023 totaliza R\$ 4.833.153,45, alcançando um montante de R\$ 45.374.514,43. No entanto, os valores foram mantidos registrados no Patrimônio Líquido até nova análise a fim de definir a realocação dos resultados. A partir de 2023, a contabilidade passou a adotar integralmente o regime de competência. Diante desse cenário, a implementação de medidas corretivas e a adoção de premissas contábeis tornaram-se prioritárias com adoção de segregação de dados, valores e o cumprimento das normas. Assim sendo, o ajuste foi realizado sobre o saldo com restrição mantido no Patrimônio Líquido, totalizando R\$ 45.374.514,43, na competência de dezembro de 2024 e está refletido nas demonstrações financeiras desse exercício, auditadas por empresa de auditoria externa. Os ajustes não configuram erro material, mas sim uma reclassificação contábil, visando alinhar os registros aos normativos contábeis e aprimorar a transparência na divulgação. Dessa forma, os dados de 2023 são reapresentados exclusivamente para fins comparativos, assegurando a integridade das demonstrações financeiras originais e evitando impacto indevido nas análises patrimoniais e financeiras. Os efeitos dessa reapresentação foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações financeiras de 2024 permitindo melhor comparabilidade e rastreabilidade das informações. As seguintes normas contábeis foram adotadas para a realização do ajuste: - NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que estabelece os procedimentos para elaboração das demonstrações financeiras quando há ajustes de exercícios anteriores. - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que garante a transparência, comparabilidade e divulgação adequada das informações. - Boas práticas de transparências aplicada à entidade e informação por segmento, que assegura a segregação dos saldos por origem dos recursos, conforme demonstrado no Quadro 1. 4.3 Premissas para Realocação de Saldo Com Restrição no Patrimônio Líquido - As premissas para a realocação de saldo com restrição no patrimônio líquido do CGEE são fundamentadas nos seguintes aspectos, conforme segue:

TABELA 3 - PREMISSAS GERENCIAIS DO PLANO CORRETIVO	
ANÁLISE	RESULTADO
Abrangência dos ajustes	Contratos de gestão MCTI e MEC, considerando movimentações de 2002 a 2023.
Presunção de regularidade	Baseada na governança do CGEE e nas práticas consolidadas de avaliação e divulgação das demonstrações financeiras.
Ausência de irregularidades	Não foram identificados indícios de má-fé, desvios ou dolo, conforme estudo da Premium Contabilidade e equipe interna.
Reprogramação de sobras de recursos	Recursos excedentes serão reprogramados para o exercício seguinte, desde que respeitados os objetivos contratuais.
Proporcionalidade de despesas e receitas	Aplicação da métrica de zeramento, na qual as receitas operacionais provenientes do contrato de gestão serão reconhecidas proporcionalmente às despesas operacionais incorridas, uma vez que são originadas por reembolso.
Contratos Administrativos	Por evidenciar uma possível participação reduzida na movimentação do contrato de gestão e considerando que, a partir de 2023, os dados foram avaliados, segregados e estão representados na DMPL, não há impacto que justifique alterações.
Normas Contábeis	ITG 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucros: Define regras para reconhecimento, classificação e apresentação de receitas e despesas, além da obrigatoriedade das demonstrações contábeis. NBC TG 26 - Apresentação de Demonstrações Contábeis: Regula a apresentação das demonstrações, assegurando transparência e divulgação adequada das informações. CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: Estabelece princípios fundamentais para a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras. NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Orienta o tratamento de ajustes contábeis decorrentes de erros, mudanças de estimativas ou adoção de novas políticas contábeis.
Análises realizadas	Consultoria externa - Relatório de estudo e ajustes propostos pela empresa Premium Auditoria Coordenação de Recursos Humanos - CGEE Coordenação de Gestão de Projetos - CGEE Coordenação de Finanças e Contabilidade - CGEE Diretoria Colegiada - CGEE

Toda a documentação que fundamentou as análises e avaliações técnicas para a realocação de resultados com restrição, incluindo a baixa contábil no Patrimônio Líquido, o saldo para baixa por contrato realizado e o saldo para reprogramação em contratos a realizar, está arquivada na Coordenação de Finanças e Contabilidade. 4.4 Demonstrações Financeiras de 2023 - No quadro comparativo das demonstrações financeiras, foram apresentados: - Os dados reapresentados de 2023, incluídos apenas para fins comparativos, contemplando a correção contábil aplicada na conta de Contratos a Realizar, sem que tenha havido alteração nos registros sistêmicos ou impacto na informação contábil original. - O Balanço Patrimonial de 2023, mantido em sua versão original, sem reabertura, conforme publicado e auditado por empresa de auditoria independente. Abaixo seguem as informações referentes aos saldos reapresentados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

TABELA 4 - REAPRESENTAÇÃO - ATIVO			
Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	Ajustes
Ativo Circulante	71.095.671,66	71.095.671,66	-
Caixa E Equivalente De Caixa	46.579.912,41	46.579.912,41	-
Contratos A Receber	23.153.602,49	23.153.602,49	-
Valores A Recuperar	184.284,99	184.284,99	-
Adiantamentos	475.094,84	475.094,84	-
Despesas Pagas	39.313,92	39.313,92	-
Antecipadamente			
Valores a Realizar	663.463,01	663.463,01	-
Ativo Não Circulante	116.197.877,29	148.149.187,50	- 31.951.310,21
Contratos A Receber	105.147.929,82	137.099.240,03	- 31.951.310,21
Contratos de Bens e Serviços	8.835.127,98	8.835.127,98	-
Imobilizado	2.157.806,59	2.157.806,59	-
Intangível	57.012,90	57.012,90	-
Total	187.293.548,95	219.244.859,16	- 31.951.310,21



TABELA 5 - REAPRESENTAÇÃO - PASSIVO			
Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	Ajustes
Passivo Circulante	22.061.613,68	22.061.613,68	-
Contas A Pagar	5.277.237,77	5.277.237,77	-
Contratos E Termos De Parceria	5.435.937,87	5.435.937,87	-
Valores A Realizar	663.463,01	663.463,01	-
Adiantamentos De Contratos	10.684.975,03	10.684.975,03	-
Passivo Não Circulante	162.600.081,75	149.176.877,53	13.423.204,22
Provisão Para Contingências	2.067.876,84	2.067.876,84	-
Parcelamentos Fiscais	1.174.632,68	1.174.632,68	-
Contratos A Realizar	150.522.444,25	137.099.240,03	13.423.204,22
Contratos De Bens E Serviços	8.835.127,98	8.835.127,98	-
Patrimônio Líquido	2.631.853,52	48.006.367,95	- 45.374.514,43
Patrimônio Social	3.995.867,71	3.995.867,71	-
Reservas - Recursos com Restrição	-	40.541.360,98	- 40.541.360,98
Deficit/Superavit Do Exercício	- 2.873.773,64	1.959.379,81	- 4.833.153,45
Reserva Técnica	1.509.759,45	1.509.759,45	-
Total	187.293.548,95	219.244.859,16	- 31.951.310,21

TABELA 6 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DE DÉFICIT/SUPERÁVIT			
Descrição	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	
Receita Bruta	48.274.903,84	48.274.903,84	
Contrato de Gestão	36.179.656,51	36.179.656,51	
Contratos Administrativos	8.702.610,16	8.702.610,16	
Outras Receitas Operacionais	3.392.637,17	3.392.637,17	
Deduções da Receita Bruta	- 483.891,60	- 483.891,60	
Receita Líquida	47.791.012,24	47.791.012,24	
Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	- 36.179.656,51	- 36.179.656,51	
Despesas Operacionais - Contratos Administrativos	- 14.085.164,17	- 14.085.164,17	
Resultado Operacional Bruto	- 2.473.808,44	- 2.473.808,44	
Receitas Financeiras	5.683.479,31	5.683.479,31	
Despesas Financeiras	- 1.250.291,06	- 1.250.291,06	
Déficit/Superávit do Exercício	1.959.379,81	1.959.379,81	

TABELA 7 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Descrição	Patrimônio Social	Reservas - Recursos com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exerc. - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exerc. - Sem Restrição	Reserva Técnica
Saldo em 31 de dez de 2023 (Reapresentado)	3.995.867,71	-	-	- 2.873.773,64	1.509.759,45
Saldo em 31 de dez de 2023 (Publicado)	3.995.867,71	40.541.360,98	4.833.153,45	- 2.873.773,64	1.509.759,45

TABELA 8 - REAPRESENTAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA			
	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Publicado)	
Balanco Patrimonial			
Superávit/Déficit líquido do exercício	1.959.379,81	1.959.379,81	
Superávit/Déficit Ajustado	- 42.075.326,23	3.299.188,20	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Variação nos saldos dos ativos:	68.083.470,47	36.132.160,26	
Variação nos saldos dos passivos:	- 31.117.897,91	- 44.541.102,13	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	- 5.109.753,67	- 5.109.753,67	
Fluxos de Caixa das atividades de inv./financ.			
Compra do Ativo Imobilizado/Arrendamento	- 2.156.420,98	- 2.156.420,98	
Compra do Ativo Intangível	- 49.812,00	- 49.812,00	
Caixa líquido usado nas atividades de inv./financ.	- 2.206.232,98	- 2.206.232,98	
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	- 7.315.986,65	- 7.315.986,65	
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	53.895.899,06	53.895.899,06	
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	46.579.912,41	46.579.912,41	

4.5 - Procedimentos Contábeis - Ajuste de saldo com restrição no Patrimônio Líquido - No que se refere à composição do ajuste do saldo com restrição no Patrimônio Líquido é importante informar que R\$ 13.423.204,22 correspondem a rendimentos financeiros evidenciados em conta bancária e reprogramados para execução futura de projetos e atividades. Adicionalmente, R\$ 31.951.310,21 foram apurados conforme as premissas descritas no item 4.3 como contratos realizados. O Quadro 1 abaixo apresenta os lançamentos de ajuste no Patrimônio Líquido:

Quadro 1- LANÇAMENTOS DE AJUSTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SALDO COM RESTRIÇÃO					
Lançamento	Descrição	Conta Débito	Conta Crédito	Valor (R\$)	Finalidade
1º Lançamento	Baixa de resultados com restrição (contrato de gestão)	PL - Outras Reservas Com Restrição (CG)		45.374.547,43	Regularização de saldo de PL
2º Lançamento	Reprogramação de saldo a utilizar		Contratos a realizar (Passivo Circulante)	13.423.204,22	Saldo estimado de rendimentos de aplicações financeiras - CC-BB-435.002-2 MCTI
3º Lançamento	Baixa de contratos realizados		Contratos a realizar (Ativo N Circulante)	28.450.988,65	Saldo de superávits de exercícios anteriores já realizados - MCTI (89%)
4º Lançamento	Baixa de contratos realizados		Contratos a realizar (Ativo N Circulante)	3.500.321,56	Saldo de superávits de exercícios anteriores já realizados MEC (11%)

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Os saldos de caixa incluem recursos disponíveis em bancos e aplicações de curto prazo, com liquidez imediata e de baixo risco, destinados às operações do CGEE.

TABELA 9 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
CONTRATO DE GESTÃO (Com Restrição)	2024	2023 (Reapresentado)
Banco do Brasil - 435.002-2 - CG/MCTI	12.403.353,06	42.227.901,99
Banco do Brasil - 8248-1 - Reserva Técnica MCTI	7.422.795,78	835.366,12
Banco do Brasil - 8251-1 - FPAS	1.387.440,69	0,00
Banco do Brasil - 8551-0 - MCOM	780.643,68	0,00
Banco do Brasil - 8490-5 - COFINS	0,00	0,00
SUBTOTAL MCTI	21.994.233,21	43.063.268,11
Banco do Brasil - 22.320-4 - CG/MEC	957.399,70	2.305.382,60
Banco do Brasil - 22.316-6 - Reserva Técnica MEC	1.343.096,48	988.908,86
SUBTOTAL MEC	2.300.496,18	3.294.291,46
TOTAL COM RESTRIÇÃO	24.294.729,39	46.357.559,57

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Sem Restrição)	2024	2023 (Reapresentado)
Banco do Brasil - 22.319-0 - CA/Reserva Própria	1.619.580,21	41.203,47
Banco do Brasil - 58.891-1 - PNUMA/GDF	776,21	3.493,71
Banco do Brasil - 58.892-X - PNUMA/OICS	881,76	1.042,78
Banco do Brasil - 8250-3 - IPEN/SP	684.172,94	158.679,83
Banco do Brasil - 8244-9 - SENAÍ	0,00	4.843,92



Banco do Brasil - 22.361-1 - GIZ	0,00	13.089,13
Banco do Brasil - 8491-3 - SECTI	6.161,61	0,00
Banco do Brasil - 8617-7 - CENIC	150.611,81	0,00
Banco do Brasil - 8707-6 - SECITECE-CE	2.558,71	0,00
Banco do Brasil - 8711-4 - PTE	105.047,99	0,00
TOTAL SEM RESTRIÇÃO	2.569.791,24	222.352,84

TOTAL DE APLICAÇÕES CGEE	26.864.520,63	46.579.912,41
--------------------------	---------------	---------------

As contas bancárias são classificadas conforme as descrições a seguir: a) Sem restrição: Contas utilizadas para atividades operacionais, incluindo a gestão de contratos administrativos e a aplicação de recursos próprios. b) Com restrição: Contas destinadas exclusivamente à execução de projetos e convênios que possuem finalidade específica. As aplicações financeiras vinculadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) oferecem segurança, liquidez imediata e rentabilidade alinhada ao mercado financeiro. Em 2024, os rendimentos financeiros apresentaram uma diminuição devido à menor rentabilidade das aplicações e à redução no volume de recursos disponíveis para investimento. A tabela a seguir apresenta os rendimentos apurados, evidenciando uma queda significativa em comparação a 2023, reflexo de fatores externos e do menor volume aplicado.

TABELA 10 - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS
COM RESTRIÇÃO

	2024	2023 (Reapresentado)
CONTRATO DE GESTÃO		
CG - MCTI	3.349.848,49	4.971.923,98
CG - MEC	283.968,56	351.272,01
TOTAL	3.633.817,05	5.323.195,99

SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	36.362,57	343.545,34
RESERVA PRÓPRIA CGEE	29.405,83	12.500,43
TOTAL	65.768,40	356.045,77

TOTAL RENDIMENTOS - CGEE	3.699.585,45	5.679.241,76
--------------------------	--------------	--------------

O saldo bruto da carteira em 2024 apresentou três fases distintas: uma redução significativa no primeiro semestre devido ao pagamento de despesas, seguida de uma recuperação no meio do ano, impulsionada por aportes financeiros. No segundo semestre, houve estabilização do saldo, resultante da ausência de novos aportes. A manutenção desse cenário pode gerar dificuldades financeiras para honrar compromissos operacionais.

Gráfico 1 - Carteira de Investimentos - Banco do Brasil

Evolução do Saldo Bruto da Carteira (últimos 12 meses)

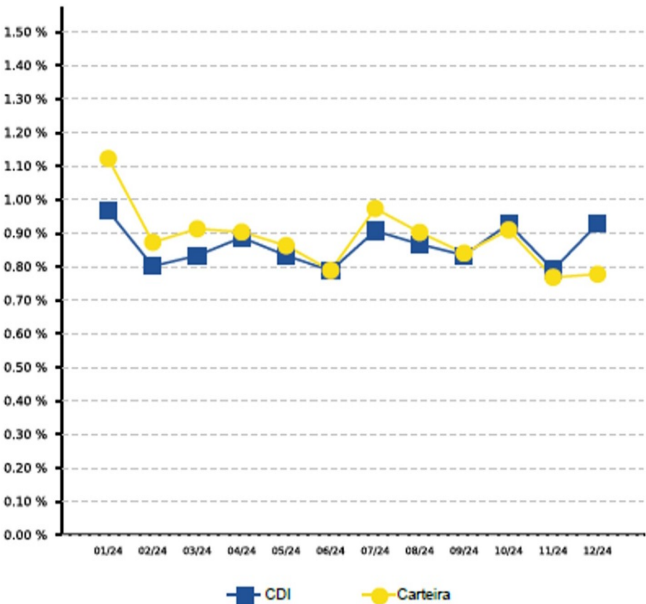


Fonte: Banco do Brasil

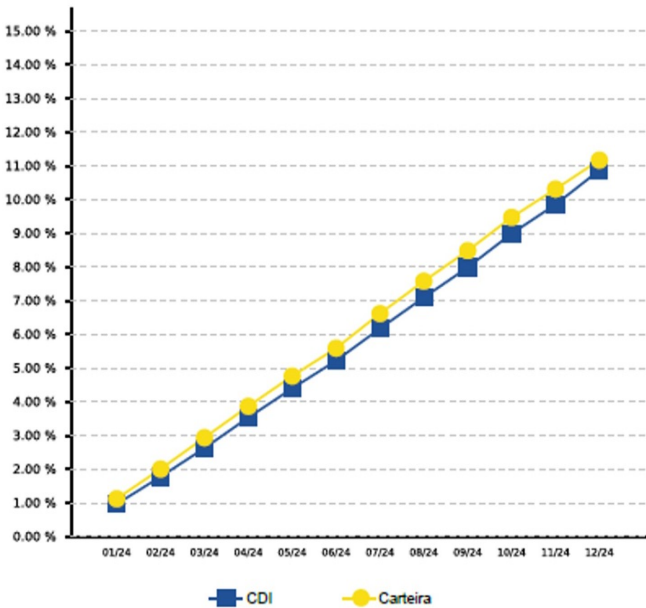
A rentabilidade da carteira é analisada mensal e acumuladamente. A análise mensal reflete as variações de cada período, enquanto a acumulada mostra o desempenho consolidado ao longo do tempo, destacando a evolução dos resultados financeiros. Os gráficos a seguir detalham essas informações.

Gráfico 2 - Rentabilidade Comparativa - Saldo Mensal e Acumulado - Banco do Brasil

Rentabilidade da Carteira - Mensal



Rentabilidade da Carteira - Acumulado



Fonte: Banco do Brasil

O CGEE detém títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 591.148,00, adquiridos como garantia para o cumprimento do contrato de aluguel da sede administrativa. Esse valor corresponde à distribuição em 20 títulos, que asseguram o cumprimento das obrigações contratuais e facilitam a renovação do contrato de locação, cuja vigência compreende o período de novembro de 2024 a novembro de 2029.6 - RECURSOS FINANCEIROS - Os recursos financeiros representam os valores monetários para viabilizar atividades, projetos e despesas. Em 2024, o CGEE recebeu R\$ 30.542.707,11 e tem como saldo estimado a receber R\$ 101.684.644,67 até o ano de 2030.



TABELA 11 - RECURSOS FINANCEIROS		
CONTRATO DE GESTÃO (COM RESTRIÇÃO)		
DESCRIÇÃO	RECEBIMENTOS (ANO 2024)	A RECEBER (ESTIMADO ATÉ 2030)
MCTI	26.724.046,00	70.539.308,82
MEC	-	26.534.805,32
SUBTOTAL	26.724.046,00	97.074.114,14

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (SEM RESTRIÇÃO)		
DESCRIÇÃO	RECEBIMENTOS	A RECEBER
PNUMA OICS	574.157,89	117.845,89
PNUMA GDF	1.236.454,07	75.540,41
GIZ	103.595,59	-
SENAI	174.500,00	-
IPEM/SP	1.077.465,00	143.661,96
SECTI	212.000,00	1.734.000,00
CENIC	245.517,73	1.494.482,27
IICA	89.970,83	-
SECICETE-CE	-	1.000.000,00
PTE	105.000,00	45.000,00
SUBTOTAL	3.818.661,11	4.610.530,53
TOTAL	30.542.707,11	101.684.644,67

7 - ADIANTAMENTOS - O saldo de adiantamentos refere-se a valores antecipados a colaboradores, os quais serão regularizados por meio de descontos em folha de pagamento, incluindo adiantamento de férias e outros créditos. Além disso, abrange valores destinados a fornecedores, cuja regularização ocorrerá mediante a apresentação da documentação fiscal correspondente.

TABELA 12 - ADIANTAMENTOS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Adiantamento de Salários	-	2.736,49
Adiantamento de Férias	13.138,63	35.856,28
Adiantamento de Viagem	-	2.772,36
Adiantamento a Fornecedores	2.600,00	432.381,33
Outros Créditos	21.681,07	1.348,38
SALDO	37.419,70	475.094,84

8 - VALORES A REALIZAR - Os registros na conta "Valores a Realizar" referem-se a despesas cobertas com recursos próprios do CGEE, aguardando regularização por repasse financeiro do cliente, conforme os procedimentos contábeis vigentes.

TABELA 13 - VALORES A REALIZAR		
Descrição	2024	2023 (Reapresentado)
PNUMA (US\$ 11,713)	193.386,30	424.580,15
GIZ	-	122.920,40
Senai	-	115.962,46
SECTI	161.000,00	-
TOTAL	354.386,30	663.463,01

Dolar em 31/12/24, R\$ 6,1923, BACEN

9 - CONTRATOS - 9.1 Contratos de Clientes - Os registros de contratos com clientes abrangem contratos de gestão firmados com o MEC e o MCTI, além de contratos administrativos com diversos clientes. a) Contratos de Gestão: Valores pactuados por termos aditivos, executados conforme o plano de ação e programação das atividades, com montantes estimados até 2030.

TABELA 14 - CONTRATOS DE GESTÃO A REALIZAR - CURTO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contrato de Gestão - MEC	10.011.708,96	3.337.236,32
Contrato de Gestão - MCTI	3.195.748,00	15.312.994,00
SUBTOTAL CONTRATO DE GESTÃO (CP)	13.207.456,96	18.650.230,32

CONTRATOS DE GESTÃO A REALIZAR - LONGO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contrato de Gestão - MCTI	67.343.560,82	81.950.360,82
Contrato de Gestão - MEC	16.523.096,36	23.197.569,00
SUBTOTAL CONTRATO DE GESTÃO (LP)	83.866.657,18	105.147.929,82

TOTAL DE CONTRATOS DE GESTÃO (CP + LP)	97.074.114,14	123.798.160,14
--	---------------	----------------

b) Contratos Administrativos: Montantes definidos em contrato para prestação de serviços de consultoria especializada, com valores efetivos e realização prevista até 2025.

TABELA 15 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS A REALIZAR - CURTO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
SECTI	1.734.000,00	-
SECITECE - CE	1.000.000,00	-
CENIC	830.922,78	-
IPEM/SP	143.661,96	1.221.126,96
PTE	45.000,00	-
PNUMA - GDF	117.845,89	2.030.694,51
PNUMA - OICS	75.540,41	972.455,11
GIZ	-	104.595,59
SENAI	-	174.500,00
SUBTOTAL CONTRATO ADMINISTRATIVO (CP)	3.946.971,04	4.503.372,17

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS A REALIZAR - LONGO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CENIC	663.559,49	-
SUBTOTAL CONTRATO ADMINISTRATIVO (LP)	663.559,49	-

TOTAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (CP + LP)	4.610.530,53	4.503.372,17
--	--------------	--------------

9.2 De Bens e Serviços - O crescimento nos registros de contratos de bens e serviços decorreu pela renovação do contrato de locação das salas e estacionamentos do CGEE (11/2024 a 10/2029) e da contratação de um novo fornecedor para o benefício de cartão alimentação e refeição (10/2024 a 10/2027). Os valores registrados como contratos a realizar refletem obrigações financeiras futuras em conformidade com os cronogramas estabelecidos pelos contratados.

TABELA 16 - CONTRATOS COM TERCEIROS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Contratos de Bens e Serviços	21.139.344,26	8.835.127,98

TABELA 16.1 - CONTRATOS DE TERCEIROS COM VALORES ESTIMADOS - EM 2024			
FORNECEDOR	VALOR	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	VIGÊNCIA FINAL
Previ - Caixa de Previdência dos Func. BB	8.732.383,69	Locação de imóvel	out/29
Senior Instituição de Pagamento Ltda	8.201.632,33	Benefícios (VA/VR - WIPO)	out/27
AGM - Miranda Turismo e Representações	2.516.021,14	Agência de viagens	jul/25
Esplanada serviços Terceirizados Eireli	1.269.181,40	Serviços Gerais	mar/27
Demais contratos abaixo de R\$ 1.000.000,00	420.125,70	Diversos	Diversos
TOTAL ESTIMADO	21.139.344,26		

10 - ATIVO IMOBILIZADO - O Ativo Imobilizado compreende bens tangíveis classificados como "com restrição", vinculados ao Contrato de Gestão - MCTI, com destinação exclusiva e regras específicas para gestão e devolução. A composição detalhada desses ativos está apresentada na Tabela 17.



TABELA 17 - IMOBILIZADO		
BENS EM OPERAÇÃO - COM RESTRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Equipamentos de Informática - Com Restrição	2.541.361,24	2.464.140,07
(-)Depreciação Equipamentos de Informática - Com Restrição	- 1.974.020,74	- 1.947.726,47
Instalações - Com restrição	549.393,80	550.593,80
(-)Depreciação Instalações - Com restrição	- 549.255,61	- 550.378,44
Máquinas e Equipamentos de Escritório - Com Restrição	163.307,48	71.178,74
(-)Depreciação Máquinas e Equipamentos de Escritório - Com Restrição	- 55.900,38	- 44.432,61
Móveis e Utensílios - Com Restrição	396.672,61	447.526,57
(-)Depreciação Móveis e Utensílios - Com Restrição	- 393.499,65	- 442.697,74
Equipamento de Audiovisual - Com Restrição	443.509,44	272.897,70
(-)Depreciação Equipamento de Audiovisual - Com Restrição	- 274.140,66	- 264.543,03
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Com Restrição	146.962,24	318.812,24
(-)Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - Com Restrição	- 146.962,24	- 318.812,24
Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	11.188.550,12	2.241.747,20
(-)Depreciação Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	- 2.616.906,44	- 640.499,20
Bens Inservíveis/Obsoletos	14.042,70	-
(-)Depreciação Bens Inservíveis/Obsoletos	- 12.336,70	-
IMOBILIZADO	9.420.777,21	2.157.806,59

O aumento do Ativo Imobilizado em 2024, em comparação a 2023, deve-se principalmente à incorporação do contrato de renovação da locação do espaço físico utilizado pela entidade. Esse reconhecimento segue as diretrizes do CPC 06 - Arrendamentos, no qual os direitos de uso são registrados como ativos, depreciados linearmente, e os passivos são ajustados conforme os pagamentos realizados.

TABELA 18 - ARRENDAMENTO		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Curto prazo	1.625.656,56	1.587.983,78
Longo Prazo	6.945.987,12	-
TOTAL	8.571.643,68	1.587.983,78

11 - ATIVO INTANGÍVEL - O Ativo Intangível compreende direitos não físicos adquiridos pela entidade, como licenças de software e sistemas de gestão. Esses ativos são reconhecidos pelo custo de aquisição e amortizados ao longo do período de vida útil estimado, conforme as práticas contábeis vigentes.

TABELA 19 - INTANGÍVEL		
INTANGÍVEL - SOFTWARE - COM RESTRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
Sistemas Aplicativos - software - Com Restrição	104.698,57	1.053.883,75
(-) Amortizações Acumuladas - Com restrição	- 63.904,13	- 996.870,85
INTANGÍVEL	40.794,44	57.012,90

12 - CONTAS A PAGAR - Os registros de Contas a Pagar referem-se a obrigações financeiras pendentes, como faturas de fornecedores, salários, tributos, encargos sociais, serviços contratados e outros compromissos.

TABELA 20 - CONTAS A PAGAR		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTAS A PAGAR	5.765.869,67	5.277.237,77
Obrigações Trabalhistas	-	-
Encargos Sociais a Recolher	552.125,20	545.434,87
Encargos Tributários a Recolher	500.292,77	488.317,12
Obrigações Vinculadas - Materiais e Serviços	2.389.093,59	2.082.597,35
Fornecedores	730.609,63	490.662,43
Cartão de Crédito	32.827,40	3.951,14
Arrendamentos a pagar	1.625.656,56	1.587.983,78
Provisões	2.249.197,67	2.035.026,57
Provisão de Férias	2.249.197,67	2.035.026,57
Provisão de 13ºSalário	-	-
Outros Créditos	75.160,44	125.861,86
Transitória	75.160,44	-
Contingência Trabalhista	-	110.000,00
Empréstimo Consignado	-	15.172,20
Pensão Judicial	-	689,66

13 - ADIANTAMENTO DE CONTRATOS - CLIENTES - Os valores recebidos antecipadamente de clientes estão relacionados à entrega futura de serviços ou bens contratados e ainda não tiveram suas respectivas receitas reconhecidas.

TABELA 21 - ADIANTAMENTO DE CONTRATOS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
CONTRATO DE GESTÃO	3.767.151,32	10.684.975,03
Contrato de Gestão - MCTI	1.770.000,00	6.577.488,93
Contrato de Gestão - MEC	1.997.151,32	4.107.486,10
CONTRATO ADMINISTRATIVO	90.985,95	-
IPEM/SP	90.985,95	-
TOTAL	3.858.137,27	10.684.975,03

14 - CONTINGÊNCIAS - 14.1 Contingências Provisionadas - As provisões para contingências incluem riscos fiscais, como divergências tributárias, autuações e litígios, com registros contábeis que refletem possíveis passivos, multas e custos adicionais. As provisões correspondem ao que segue: a) Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS): Refere-se a recolhimentos complementares pendentes de 2019 a 2022, cujas providências para regularização estão em avaliação. Ressalta-se que, desde janeiro de 2023, os recolhimentos estão em conformidade com as regras tributárias aplicáveis. b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): Em 2018, o CGEE iniciou o provisionamento da COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras, retroativo a 2015, ajustando valores possivelmente prescritos ao longo dos exercícios. Em 2024, alinhada a entendimentos jurisprudenciais e administrativos, a diretoria colegiada aprovou a reversão desse provisionamento. No entanto, o monitoramento dos normativos fiscais continua de forma a garantir a conformidade tributária, visto que o tema ainda não está definitivamente pacificado. A movimentação registrada como Riscos Fiscais estão apresentadas conforme segue:

TABELA 22 - RISCOS FISCAIS		
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)
FPAS	1.060.005,77	1.298.602,71
COFINS	-	769.274,13
TOTAL	1.060.005,77	2.067.876,84

14.2 Contingências Não Provisionadas - Com base em pareceres jurídicos e em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores listados na Tabela 23 se enquadram nas classificações de probabilidade possível. Eventuais alterações na classificação jurídica serão reavaliadas para possível constituição de provisão.

TABELA 23 - PROCESSOS JUDICIAIS			
Polo Ativo	Polo Passivo	Descrição	ValorProbabilidade de Perda
Ex Colaborador	CGEE	Reversão de justa causa e indenizações.	475.747,71Possível em partes
Ex Colaborador	CGEE	Gratificação por substituição e indenização por danos morais.	74.221,08Possível em partes
Ministério Público Federal	CGEE	Improbidade administrativa relacionada a contratos com o Instituto Nacional de Pesquisa e Ensino (INPE)	1.102.732,73Possível

15 - PARCELAMENTOS FISCAIS - Em 2021, o CGEE formalizou dois parcelamentos fiscais com a Receita Federal para quitação de débitos relacionados ao Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2010-01041-3. As penalidades aplicadas referem-se a infrações de 2007 e 2008, decorrentes da ausência de retenção do IRRF sobre diárias, do descumprimento de obrigações acessórias e da falta de recolhimento de contribuições previdenciárias sobre diárias e auxílio-moradia. O parcelamento permitiu a regularização da situação fiscal da instituição, assegurando a conformidade tributária e a previsibilidade financeira para a liquidação dos débitos.



TABELA 24 - PARCELAMENTOS FISCAIS A PAGAR			
DESCRIÇÃO	2024	2023 (Reapresentado)	
Parcelamento INSS (16 parcelas)	609.060,01	961.118,57	
Parcelamento IRRF (15 parcelas)	128.185,80	213.514,11	
TOTAL	737.245,81	1.174.632,68	

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Os contratos administrativos são incorporados ao patrimônio social do CGEE sem restrições específicas, enquanto os contratos de gestão, com restrição, têm seus resultados realocados para "contratos a realizar". As reservas técnicas, também com restrição, permanecem no patrimônio líquido e sua utilização é vinculada às condições do Contrato de Gestão. Excedentes financeiros do Contrato de Gestão não são distribuídos a terceiros, sendo destinados exclusivamente à execução de contratos futuros, conforme pactuado com o contratante. As apurações do ano de 2024 estão evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 17 - RESERVA TÉCNICA - A Reserva Técnica do CGEE destina-se à cobertura de despesas potenciais, como obrigações trabalhistas, vinculadas aos contratos de gestão firmados com o MCTI e MEC. Os valores referem-se ao montante original apresentado no Termo Aditivo do Contrato de Gestão.

TABELA 25 - RESERVA TÉCNICA			
CONTRATO	2024	2023 (Reapresentado)	
MCTI (9º TA - CG Atual)	835.366,12	709.759,45	
MEC (1º TA - CG Atual)	800.000,00	800.000,00	
TOTAL	1.635.366,12	1.509.759,45	

18 - RESULTADO APURADO - Em 2024, o CGEE registrou um superávit consolidado de R\$ 6.819.814,36, refletindo o desempenho no exercício. Esse montante é composto por R\$ 2.885.006,25 provenientes dos contratos de gestão e R\$ 3.934.808,11 oriundos dos contratos administrativos. Informações detalhadas estão disponíveis no Demonstrativo de Déficit/Superávit de 2024, anexo a esta nota. 19 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A execução orçamentária compara o limite orçado com as despesas registradas, permitindo à Administração monitorar e acompanhar sua execução. No Contrato de Gestão, as alocações podem ser plurianuais, enquanto as despesas anuais são registradas no exercício correspondente. Nos contratos administrativos, o orçamento é definido com base no valor firmado, sendo as despesas alocadas entre categorias conforme as regras internas do CGEE.

TABELA 26 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONTÁBIL			
CONTRATO DE GESTÃO (COM RESTRIÇÃO)	ORÇADO	REALIZADO	DISPONÍVEL
MCTI	65.210.228,64	51.106.332,57	14.103.896,07
Projetos	32.969.854,81	18.822.140,72	14.147.714,09
Pessoal e Encargos - MCTI	26.099.025,16	25.791.223,73	307.801,43
Manutenção e Operação - MCTI	6.141.348,67	6.351.188,49	- 209.839,82
Investimentos	-	88.392,16	- 88.392,16
MCOM	796.186,49	53.387,47	742.799,02
Projetos	796.186,49	52.852,76	743.333,73
Pessoal e Encargos - MCOM	-	-	-
Manutenção e Operação - MCOM	-	534,71	- 534,71
Investimentos	-	-	-
MEC	6.027.993,00	2.169.393,26	3.858.599,74
Projetos	4.600.813,56	351785,01	4.249.028,55
Pessoal e Encargos - MEC	1.427.179,44	758.561,98	668.617,46
Manutenção e Operação - MEC	-	1.059.046,27	- 1.059.046,27
Investimentos	-	-	-
SUBTOTAL	72.034.408,13	53.275.725,83	17.962.495,81

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (SEM RESTRIÇÃO)	ORÇADO	REALIZADO	DISPONÍVEL
SENAI	35.312,76	- 140.469,23	175.781,99
IPEM/SP - Reposicionamento Estratégico	1.337.495,03	719.278,14	618.216,89
SECTI	1.946.000,00	483.755,63	1.462.244,37
CENIC	1.740.000,00	133.061,72	1.606.938,28
IICA	89.970,83	-	89.970,83
SECITECE - CE	1.000.000,00	69,32	999.930,68
PTE - Panorama de Tecnologias Estratégicas	150.000,00	-	150.000,00
SUBTOTAL	6.298.778,62	1.195.695,58	5.103.083,04

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Todos os bens móveis foram inventariados por empresa especializada, em conformidade com as normas contábeis vigentes. b) O teste de recuperabilidade (impairment) foi conduzido por empresa especializada, não sendo identificada variação que exija contabilização. c) O CGEE possui apólice de seguro suficiente para cobrir eventuais sinistros envolvendo os bens do ativo imobilizado. d) Os rendimentos de 2023, provenientes dos contratos de gestão com o MEC e o MCTI, foram transferidos em 2024 para a conta bancária denominada Reserva Técnica, onde permaneceram enquanto aguardavam definição quanto à sua destinação durante o exercício. No caso específico do Contrato de Gestão com o MCTI, a destinação foi definida como incorporação à reprogramação, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo. 21 - EVENTOS SUBSEQUENTES - a) O saldo contábil e financeiro do projeto PNUMA será regularizado com a efetivação do último repasse financeiro, previsto para evidenciação no balancete de janeiro de 2025. b) O saldo bancário da Reserva Própria do CGEE apresentou crescimento em 2024 em relação ao valor registrado em 2023 (R\$ 41.203,47), impulsionado pela incorporação de rendimentos de contratos administrativos, pelo saldo final do contrato encerrado com o SENAI e pelo saldo do patrocínio da empresa organizadora da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Após a conclusão da prestação de contas das despesas relacionadas à 5ª Conferência, o montante correspondente ao patrocínio será transferido para a conta bancária do Contrato de Gestão (MCTI), com previsão de evidenciação no balancete de janeiro de 2025.

Brasília, DF 26 de fevereiro de 2025.
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente

CPF ****.****.****

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças

CPF ****.****.****

JENIFFER TORQUATO DE SOUSA REIS DA SILVA
Coordenação de Finanças e Contabilidade

Contador CRC-DF **-*****/**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Brasília - DF

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos - Auditoria do período anterior - As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2023, originalmente preparadas antes dos ajustes conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 05 de fevereiro de 2024, sem modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2023. Tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da



Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2025.

AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC (SP) *****/*.* '1*'
CNPJ 02.163.575/0001-50

ROBERTO CALDAS BIANCHESSI
SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
CONTADOR CRC(SP) N.º *****/*.* '1*'
CPF ***.***.***-**-**

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA Nº 03/25 (Revisão do Contrato de Gestão - 2024)

Ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Brasília - DF

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES - 1.1 Com vistas à execução dos trabalhos de revisão de arrecadação de receitas e execução de despesas, referentes à auditoria independente voltada ao exame do contrato de gestão firmado entre o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos e a União, relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, essa Entidade foi auditada em dezembro de 2024 e janeiro de 2025. 1.2 Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, abrangendo a posição contábil do contrato de gestão em referência dos meses de janeiro a dezembro de 2024. 1.3 De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações. 1.4 O presente relatório destina-se, exclusivamente, ao gerenciamento interno por essa Entidade dos assuntos apresentados, não sendo autorizada a sua utilização para quaisquer outros fins. 2 REVISÃO CONTÁBIL DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS E EXECUÇÃO DE DESPESAS -2.1 CONTEXTO OPERACIONAL - O trabalho teve como base o contrato firmado com o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos - CGEE, voltado para a avaliação das operações de arrecadação e aplicação de recursos, envolvendo as contas vinculadas ao contrato de gestão com a Entidade e a União, envolvendo as transações ocorridas entre o período de janeiro a dezembro de 2024. Verificou-se se as atividades desenvolvidas pelo CGEE estão vinculadas as metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, termo de parceria formalizado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002 e, renovado em 2010 por mais um ciclo de 06 (seis) anos, no qual foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo uma nova renovação do Contrato de Gestão para o exercício de 2023. Em jul./2024, foi assinado o Termo Aditivo 5º, com a reprogramação dos saldos financeiros do Contrato de Gestão de 2023 e Planejamento Anual de 2024. No transcorrer do exercício de 2024, foram assinados mais 04 (quatro) Termos Aditivos com aportes financeiros, referente ao Contrato de Gestão 2022-2030. 2.2 RECEBIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS - Conforme nossas análises efetuadas na documentação suporte, apresentamos no quadro a seguir, a movimentação financeira no exercício de 2024:

DEMONSTRAÇÃO DE ARRECADAÇÃO / RECEBIMENTOS - 2024						
Contrato de Gestão	Dados dos Termos Aditivos					
	Nº Termo	Valor - Termo	Data - Termo	Valor - Recebido	Data - Recebimento	Valor - A Receber
MCTI	4º	1.330.000,00	Dez./2023	1.330.000,00	Jan./2024	-
	5º	47.853.391,18	Jul./2024	-	-	47.853.391,18
	5º	19.924.046,00	Jul./2024	19.924.046,00	Jul./2024	-
	6º	3.700.000,00	Out./2024	3.700.000,00	Nov./2024	-
	7º	1.770.000,00	Dez./2024	1.770.000,00	Dez./2024	-
	8º	1.210.800,00	Dez./2024	-	-	1.210.800,00
	9º	21.475.117,65	Dez./2024	-	-	21.475.117,65
MEC	1º	26.534.805,32	Dez./2022	-	-	26.534.805,32
TOTAIS		123.798.160,15	-	26.724.046,00	-	97.074.114,15

Durante o ano de 2024, foi recebido o montante de R\$ 26.724.046,00 (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil e quarenta e seis reais), sendo que desse valor R\$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil) refere-se ao 4º TA de 2023 e R\$ 25.394.046,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil e quarenta e seis reais), referem-se aos TAs 5º, 6º e 7º do exercício de 2024. No exercício de 2024, ainda foram assinados os TAs 8º e 9º no montante de R\$ 22.685.917,65 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), sem repasses de valores. Com relação ao Contrato de Gestão do CGEE e o Ministério da Educação - MEC, não houve assinatura de novos Termos Aditivos no exercício de 2024, bem como não ocorreram repasses de valores financeiros no exercício. As receitas contabilizadas referentes ao contrato de gestão seguem os critérios técnicos definidos na Nota Técnica 16b do CGEE, e encontram-se registradas de forma adequada. 2.3 DESEMBOLSOS COM EXECUÇÃO DE PROJETOS - No exercício de 2024, o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, efetuou desembolsos no montante de R\$ 53.222.338,00 (cinquenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e oito reais) tendo um acréscimo nos gastos de 49%, se levarmos em consideração os Contratos de Gestão firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o Ministério da Educação - MEC. A seguir, demonstramos a evolução dos principais gastos efetuados nos exercícios de 2024 e 2023, segregados pelos principais tipos de gastos, conforme dados extraídos da contabilidade:

Descrição dos Gastos/Despesas	Saldos - 2024 (R\$ 1,00)	Saldos - 2023 (R\$ 1,00)	Variação	
			(R\$ 1,00)	(%)
MCTI	51.052.945	33.142.527	17.910.419	54%
Projetos	18.822.141	4.479.995	14.342.146	
Pessoal e Encargos	25.791.224	22.610.181	3.181.043	
Manutenção e Operação	6.351.188	5.881.679	469.509	
Investimentos	88.392	170.671	(82.279)	
MEC	2.169.393	2.514.375	(344.982)	(14%)
Projetos	351.785	260.833	90.952	
Pessoal e Encargos	758.562	1.194.144	(435.582)	
Manutenção e Operação	1.059.046	1.059.398	(352)	
TOTAIS	53.222.338	35.656.901	17.565.437	49%

Com relação aos gastos realizados no período, efetuamos a análises nos principais contratos de prestações de serviços e folhas de pagamentos, no primeiro e segundo semestre/2024, e não detectamos inconsistências que possam desabonar os gastos alocados aos contratos de gestão. Salientamos que com relação aos gastos executados em 2024, a proposta orçamentária do respectivo período, até o término dos nossos trabalhos, ainda não tinha sido aprovada, sendo registrado como ponto de controle no relatório circunstanciado do Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, do primeiro e segundo semestre/2024. 2.4 OUTROS ASSUNTOS - Com relação aos gastos realizados no exercício de 2024 - R\$ 51.052.945, (cinquenta e um milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais), estão em conformidade com o 5º TA, assinado em jul./2024, entre o CGEE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, que define um Plano de Ação para 2024 no montante de R\$ 58.538.193 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais). 3 CONCLUSÃO - A execução dos trabalhos, conforme definidos em nosso planejamento, foi voltada às análises das informações contábeis referentes ao exercício de 2024 vinculado ao contrato de gestão, conforme indicado no item 1.1, bem como a verificação dos controles internos pertinentes, observando o cumprimento das normas e procedimentos internos, a verificação da documentação comprobatória que dá suporte às informações contábeis apresentadas e verificação das normas contábeis vigentes. Os valores das receitas e das despesas vinculadas aos contratos de gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e o Ministério da Educação - MEC, firmado em parceria com o Centro de Gestão e Estudo Estratégicos são registrados em conjunto com as informações contábeis do próprio CGEE, controlados em centros de custos específicos, de forma gerencial, para identificação e acompanhamento de valores registrados. Concluídos os exames da documentação, suporte para escrituração dos registros contábeis, bem como dos controles internos utilizados na Entidade, concluímos que a posição do contrato de gestão apresentada está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pois nada constatamos nas análises realizadas no período sob exame e nas amostras selecionadas, referentes ao exercício de 2024, que pela sua relevância devêssemos destacar no presente relatório circunstanciado, não elidindo outras revisões e novas amostragens.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2025.

AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC (SP) *****/*.* '1*'
CNPJ 02.163.575/0001-50

ROBERTO CALDAS BIANCHESSI
SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
CONTADOR CRC(SP) N.º *****/*.* '1*'
CPF ***.***.***-**-**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, reuniu-se em 10 de março de 2024, às 09:30hs, por meio de vídeo conferência, com a finalidade de verificar os demonstrativos contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, resultante de uma série de trabalhos realizados e descritos a seguir. I.ESCOPO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CONSELHO FISCAL - Foram desenvolvidas as avaliações e observações sobre as Demonstrações Contábeis elaboradas pela Administração do CGEE, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, documentos que foram distribuídos e apresentados aos membros desse Conselho Fiscal, compreendendo: a) Reuniões presenciais e virtuais através de processos eletrônicos e telefônicos, com os responsáveis pela Contabilidade, Finanças, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Diretoria Administrativa e Financeira e com o Presidente da Entidade, abordando os principais aspectos relativos à preparação das demonstrações contábeis e os itens relevantes que compõe as Notas Explicativas dessas demonstrações. b) Reuniões com a Auditoria Interna para avaliação e exame dos relatórios de auditoria realizados, conforme o Plano Anual de Auditoria para 2024, aprovado pelo Conselho de Administração. c) Reunião com a auditoria independente, Audilink & Cia. Auditores (CRC 2RS003688/O-2 T°SP), para avaliação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024, emitido em 26 de fevereiro de 2025. d) Além dos documentos acima citados, faz parte dessa avaliação, todas as apresentações escritas ou por via oral realizadas pela Administração, circunstanciadas por reuniões formais, contatos por telefone e por recursos providos pela internet, ao longo do exercício social de 2024 até a data de emissão do presente relatório. II. DESTAQUES ÀS PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES - 1. Ajuste no Patrimônio Líquido do Exercício de 2024 - a. Em reunião realizada em 27/02/2024, o Conselho de Administração do CGEE, aprovou, por unanimidade, as contas do exercício de 2023, ressaltando as contas do Patrimônio Líquido cuja manifestação segue parcialmente transcrito a seguir: "aprovar as contas com ressalva relacionada ao registro no patrimônio líquido do superávit acumulado ao longo dos anos pelo CGEE. Determinar que



se mantenha o Conselho de Administração informado do trabalho de regularização da ressalva apontada, no sentido de detalhar a origem dos R\$ 40 milhões, e de alocá-los no passivo do CGEE". b. A Administração do CGEE contratou empresa de prestação de serviços de contabilidade e auditoria (Premium Contabilidade) para realizar uma análise contábil sobre o tema, resultando em um detalhado estudo técnico que apresentou a necessidade de um ajuste de R\$ 45 milhões, mantido no Patrimônio Líquido. c. O ajuste em questão foi realizado no exercício de 2024, está refletido em suas demonstrações contábeis e devidamente explicado em sua Nota Explicativa (NE) nº 4, cujos principais destaques elencamos abaixo: - NE 4.2.1 Contextualização (pag. 5 de 21); - NE 4.3 Premissas para Realocação de Saldo com Restrição no Patrimônio Líquido (pag. 6 de 21); - NE 4.4 Demonstrações Financeiras de 2023 - com destaque a Tabela 4, para efeito de ajustes para comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2024 (pag. 7 e 8/21); - NE 4.5 Procedimentos Contábeis - Ajuste do saldo com restrição no Patrimônio Líquido - com destaque ao Quadro 1, demonstrando os lançamentos contábeis de ajuste efetuados (pag. 9 e 10/21). d. O auditor independente Audilink examinou os lançamentos de ajustes acima abordados e assim se manifestou em seu relatório (parecer): "As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2023, originalmente preparadas antes dos ajustes conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 05 de fevereiro de 2024, sem modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2023. Tais ajustes são apropriados e foram adequadamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomada em conjunto". 2. Relatório dos Auditores Independentes - Os auditores independentes, Audilink & Cia. Auditores (CRC 2RS003688/O-2 T'SP), certificaram sem ressalvas, que os demonstrativos contábeis do CGEE estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no conforme reproduzido a seguir: "Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos revelamos, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil". PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, após o cumprimento do escopo de trabalho descrito no item I acima, considerando os ajustes feitos no patrimônio líquido do exercício, descritos no item II e ao relatório sem ressalvas dos auditores independentes, é de opinião que as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024 estão em condições de apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília (DF), 17 de março de 2025.

SERGIO BENEDITO FERRARA
Conselheiro Fiscal, Presidente

SERGIO CRUZ
Conselheiro Fiscal

WALTER MALLAS MACHADO DE BARROS
Conselheiro Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Resolução nº 001/2025 Aprova as Demonstrações financeiras e contábeis e as contas anuais de 2024; e o Relatório Anual de Gestão 2024 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), bem como o seu envio ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, reunido em 18 de março de 2025, no exercício de suas competências estatutárias, resolve: Art. 1º. Aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do exercício de 2024, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Art. 2º. Aprovar o Relatório Anual de Gestão 2024 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Art. 3º. Aprovar o envio dos documentos aprovados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Brasília(DF), 18 de março de 2025.
ODIR ANTONIO DELLAGOSTIN
Presidente do Conselho de Administração

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

CENTO UNIVERSITÁRIO DE JALES
Associação Educacional de Jales - CPNJ. 50.575.976/0001-60
Para fins do disposto no Art. 21 da Portaria MEC nº 1.095 25 de novembro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 12 (doze) diplomas no período de 19/03/2025 a 24/03/2025, no seguinte livro de registro: Livro 10 Digital - Registros de números 932 a 943; foram registrados 08 (oito) diplomas no Livro 49 - Registros de números 4242 e 4250 (período 2018) e 1(um) diploma registrado no Livro 49 - Registro de número 4251 (período 2021); foram registrados 04 (quatro) diplomas no Livro 85 - Registros de números 14062 a 14065 (período 2021). A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada no endereço www.unijales.edu.br/diplomas, dentro do prazo estabelecido pela Portaria.

Jales, 26 de março de 2025
OSWALDO SOLER JÚNIOR
Reitor

CESUCA - COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE CACHOEIRINHA LTDA

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUCA, mantido pelo COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE CACHOEIRINHA LTDA, CNPJ 05.687.481/0002-50. Informa que registrou 07 diploma no período em 03/03/2025 a 14/03/2025, sob o nº 2060 a 2066, livro de registro nº 21 a 21. www.cesuca.edu.br/diplomas

CACHOEIRINHA, 26 DE MARÇO DE 2025
RICARDO MUNIZ MUCCILLO DA SILVA
Reitor

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

AVISO DE LICENÇA

Concessão da 1ª Retificação da Licença de Instalação para Incremento da Capacidade Instalada da UHE Jaguara. A COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA, com CNPJ sob o nº 28.925.264/0002-56, com endereço na Usina Hidrelétrica (UHE) Jaguara, Zona Rural s/nº, CEP 14490-000, RIFAINA-SP, torna público que recebeu do IBAMA a 1ª Retificação da Licença de Instalação nº 1499/2024, com validade até 11 de novembro de 2029, para o Incremento da Capacidade Instalada da Usina Hidrelétrica Jaguara, referente à instalação de duas unidades geradoras adicionais, originalmente previstas no projeto original com potência de 118 MW cada, implicando em potência instalada adicional de 236 MW, de forma que, somada à potência atual (424 MW), a potência instalada da usina será 660 MW.

Em 26 de março de 2025
JOSÉ LUIZ JANSSEN LAYDNER
Diretor de Operação

CONCRETO REDIMIX DE BRASÍLIA LTDA

CNPJ: 00.402.305/0001-20

AVISO AOS SÓCIOS

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Brasília, 24 de Março de 2025
ENEIDA MELO CRUZ
Sócia Administradora

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

A Confederação Brasileira do Desporto Escolar-CBDE, torna público Processo Seletivo para selecionar a proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDALHAS DE HOMENAGEM PARA A CELEBRAÇÃO DO DIA NACIONAL DO DESPORTO ESCOLAR, para atender as demandas da CBDE. Abertura 03/04/2025. Edital disponível no site www.cbde.org.br e novobmnet.com.br.

NATHALIA ARAUJO BATISTA
Pregoeira

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CBE Nº 1/2025
Edital nº 1/2025

A Confederação Brasileira de Esgrima-CBE, torna público para o conhecimento dos interessados que dará início ao processo de seleção na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de pessoa jurídica especializada em Transporte de Carga (bens) Interestadual e Intermunicipal e Fornecimento de Mão de Obra com carregadores/ajudantes entre as cidades brasileiras para realizações do calendário evento anual da Confederação Brasileira de Esgrima pelo período de doze meses e prorrogável por até cento e vinte meses - 10 anos. Edital: Pregão Eletrônico CBE nº 001/2025. E-mail: licitacao@cbesgrima.org.br . Site: <https://cbesgrima.org.br/licitacoes-salvatos/> . Local: <http://www.novobmnet.com.br>

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

ARNO PÉRILLIER SCHNEIDER
Presidente da Confederação

CONSÓRCIO DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PAJEU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025

Contratação de empresa de engenharia especializada na execução dos serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em diversas localidades dos municípios consorciados ao Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú - CIMPAJEÚ. Valor Máximo Admitido: R\$ 41.390.283,07. Início do acolhimento das propostas: 31/03/2025 a partir das 10h. Local: Site www.licitaocimpajeu.com.br Limite para acolhimento das propostas e abertura das propostas: 11/04/2025 às 10h. Início da sessão de disputa: 11/04/2025 às 10:30h. Modo de disputa: Aberto e Fechado. Edital e anexos: à disposição dos interessados no site <https://bnc.org.br>, bem como no Portal da Transparência do Consórcio CIMPAJEÚ, no sítio eletrônico: cimpajeu.pe.gov.br.

Afogados da Ingazeira/PE, 27 de março de 2025.
GLACIRO MORAIS MASCENA VERAS
Pregoeiro

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

Edital de Pregão Eletrônico Nº. 005/2025 - Aviso de licitação: Processo licitatório nº 016/2025 - Pregão Eletrônico nº 005/2025 regido pela Lei federal 14.133/2021 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Vigilância Armada, Desarmada e Vigilante Patrimonial com operador de CFTV, Diuturnamente, para atender as demandas do Consórcio de Desenvolvimento e Valorização de Municípios - CONVALES e dos Municípios Integrantes. Data de abertura 28/03/2025 às 08h00. Informações www.convaless.mg.gov.br e www.bnc.org.br

Arinos-MG, 27 de março de 2025
FRANCIELE BORGES DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

